



Por uma internet livre, neutra e sem pedágios para os brasileiros

Ter um Brasil mais conectado é uma aspiração que nos une. Todos queremos um país onde os caminhos da educação sejam encurtados, a atenção à saúde ampliada, e a cidadania fortalecida por meio da tecnologia e do acesso à informação. A internet livre e neutra é condição fundamental para tornar isso possível.

Garantir essa realidade também depende de políticas públicas eficientes, fundamentadas em evidências concretas e construídas de forma colaborativa num amplo debate em favor da inclusão digital.

Infelizmente, esses parâmetros não se aplicam à atual discussão sobre o repasse de custos da infraestrutura de rede para provedores de serviços e aplicações no Brasil, defendida por algumas poucas gigantes das telecomunicações – a chamada “taxa de rede” (ou net fee).

Sob a justificativa de que o aumento do tráfego pressionaria a infraestrutura, busca-se forjar uma política pública para atender a necessidades puramente econômicas e comerciais.

A ideia é cobrar duas vezes pelo mesmo serviço: primeiro dos brasileiros, que já pagam sete vezes mais do que um americano por um pacote básico de internet, e depois dos provedores de conteúdos e aplicações, que oferecem justamente o que o consumidor busca na internet – o conteúdo.

Dados¹ recentes indicam que o crescimento do tráfego de dados é sustentável, e tende a continuar sendo nos próximos anos, acompanhando a projeção de aumento de receitas das empresas de telecomunicações.

As evidências também apontam para uma relação simbiótica entre os atores do ecossistema digital. Mesmo sem deter infraestrutura, os provedores de conteúdos e aplicações têm consistentemente investido no funcionamento e na eficiência da rede.

Entre 2018 e 2021, o investimento anual em melhorias na infraestrutura para conexão à Internet, incluindo hospedagem (data center), transporte (cabos submarinos) e redes de fornecimento de conteúdo (CDNs) aumentou em mais de 50% em comparação com o período de 2014 a 2017, ultrapassando 120 bilhões de dólares anuais, segundo a Analysys Mason.

Estes investimentos feitos pelos provedores melhoram a internet e beneficiam as operadoras de telecomunicações, pois aumentam a eficiência na distribuição do tráfego.

Além disso, a oferta de conteúdos, aplicações e serviços de qualidade leva a um

¹ PRADO, Thiago. *“Value-Added Services and the Future of Telecommunications: Empirical Evidence to Inform the Network Fees Debate in Brazil”*. Disponível em: <https://bit.ly/49sGxzq>

aumento na base de clientes das teles, pois eles veem motivo para contratar o acesso à internet.

A conectividade é crucial para a transformação digital do país, mas não é um fim em si mesma. Pessoas e negócios acessam a internet para usar o que a internet tem a oferecer – serviços, produtos, funcionalidades, conteúdos.

Por isso, uma proposta de exigir remuneração extra pelo uso da internet preocupa a todos, pois impacta a todos – não apenas algumas plataformas. Mais: tem reflexos negativos na própria noção de conectividade. É como se criássemos uma internet dividida em classes, o que fere seriamente a neutralidade da rede, uma conquista do Marco Civil da Internet.

A Aliança Pela Internet Aberta representa mais de 25 organizações – entre empresas e associações de diversos setores – preocupadas com os efeitos que uma taxa de rede teriam para o país. Entre seus objetivos está produzir estudos e evidências que apoiem decisões bem informadas. A ela somam-se movimentos da sociedade civil brasileira e internacional, e reguladores mundo afora, que há tempos vêm apontando os riscos de tal medida.

Na raiz das preocupações está a real possibilidade de se criar distorções concorrenciais ao beneficiar algumas grandes teles em detrimento de milhares de pequenos e médios provedores regionais – grandes responsáveis por levar fibra óptica e banda larga a áreas remotas ou sub-atendidas no país.

Em uma sociedade cada vez mais digital, qualquer serviço intensivo em dados poderá ser obrigado a pagar a taxa, e eles estão por toda parte. Quem pagará a conta invariavelmente serão os consumidores, seja com o repasse de custos ou com a diminuição na qualidade da experiência online.

Portanto, é primordial que os formuladores de políticas públicas se atenham a evidências sólidas antes de tomar uma decisão que pode comprometer seriamente o bem-estar dos consumidores. É imperativo garantir que o interesse comercial de algumas grandes operadoras não se sobreponha ao interesse público de promover inclusão e transformação digital – objetivos que somente podem ser atingidos com a preservação de uma internet livre, neutra e sem pedágios para todos os brasileiros.

Saiba mais sobre a Aliança pela Internet Aberta em www.internetaberta.com.br

